
AFINAL, O QUE FOI O DEBATE KOHLBERG-GILLIGAN?

Matheus Estevão Ferreira da Silva¹

Resumo

Neste artigo, reconstitui-se o debate inconclusivo travado entre Lawrence Kohlberg e Carol Gilligan em torno das diferenças de gênero no desenvolvimento moral e da universalidade desse constructo, debate iniciado na década de 1980 e estendido à contemporaneidade. Gilligan questionou a validade universal da teoria de Kohlberg ao argumentar que as mulheres se desenvolvem moralmente diferente dos homens, pois se orientariam pela Ética do Cuidado enquanto eles pela Ética da Justiça. Kohlberg rejeitou essa hipótese, o que causou uma cisão no campo da Psicologia do Desenvolvimento Moral, dividindo-o entre apoiadores(as) de Kohlberg e de Gilligan. A reconstituição do debate revela, além do que ele consistiu inicialmente, quais foram as réplicas do autor e trélicas da autora às críticas de cada um(a) direcionadas ao posicionamento do(a) outro(a), a recepção do debate pelos(as) apoiadores(as) de cada lado e o despontar de autores(as) que, desde lá, apoiam a hipótese de Gilligan parcialmente.

Palavras Chave: Lawrence Kohlberg. Carol Gilligan. Desenvolvimento Moral. Diferenças de Gênero. Ética do Cuidado.

¹ Mestrando em Educação e Pedagogo pela Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Marília, e graduando em Psicologia pela Faculdade de Ciências e Letras (FCL/UNESP), Campus de Assis. Foi bolsista de Iniciação Científica FAPESP em ambas graduações e atualmente é bolsista de Mestrado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: matheus.estevao2@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2059-6361>

AFTER ALL, WHAT WAS THE KOHLBERG-GILLIGAN DEBATE?

Abstract

In this article, is reconstituted the inconclusive debate between Lawrence Kohlberg and Carol Gilligan around the gender differences in the moral development and the universality of this construct, debate began in the 1980s and extended to contemporary times. Gilligan questioned the universal validity of Kohlberg's theory by arguing that women develop morally differently from men, being guided by the Ethics of Care while they by the Ethics of Justice. Kohlberg rejected this hypothesis, which caused a split in the field of Moral Psychology, dividing it between supporters of Kohlberg and Gilligan. The reconstitution of the debate reveals, in addition to what it initially consisted of, which were the authors' replies and rejoinders to the criticisms of each directed at the position of the other, the reception of the debate by the supporters of each side and the emergence of authors who, since then, partially support Gilligan's hypothesis.

Keywords: Lawrence Kohlberg. Carol Gilligan. Moral development. Gender Differences. Care Ethics.

Introdução

Neste artigo, reconstitui-se o debate inconclusivo travado entre Lawrence Kohlberg (1927-1987) e Carol Gilligan (1936-atualmente) em torno das diferenças de gênero no desenvolvimento moral e da universalidade desse constructo. Esse debate foi iniciado na década de 1980, principalmente após a publicação do livro *Uma voz diferente (In a different voice)* por Gilligan (1982) no ano de 1982, mas que, em razão de sua inconclusão, estende-se à contemporaneidade.

Primeiro, há de se ressaltar que este artigo tem como título *o que foi* o debate Kohlberg-Gilligan – conforme ficou conhecido – e não *o que atualmente é*, isto é, seu estado atual, uma vez que a proposta aqui é de reconstituir o debate travado entre seus próprios autor e autora, inconclusivo na época, pois ambos não chegaram a um consenso, e que hoje continua inconcluso pelos apoiadores e apoiadoras de cada lado – apoiadores(as) de Kohlberg e de Gilligan.

Saber o estado atual desse debate, a partir do levantamento e análise de artigos científicos e teses e dissertações do campo da Psicologia do Desenvolvimento Moral, é o que buscou, dentre outros objetivos, a pesquisa concluída que o presente artigo é resultante, em que se utilizou para isso as técnicas metodológicas de *estado da arte e meta-pesquisa*. Sendo ela desenvolvida em nível de Iniciação Científica (IC) e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)², apresentam-se, aqui, resultados parciais obtidos por meio do procedimento de revisão de literatura que a constituiu.

Além de divulgar resultados de pesquisa acerca do debate Kohlberg-Gilligan, a necessidade deste artigo surge em razão de três problemáticas evidenciadas a partir da análise (pela meta-pesquisa) da produção nacional em artigos e teses e dissertações levantada (pelo estado da arte), todas relativas à difusão das ideias de Carol Gilligan no Brasil: 1) a escassez de textos de Gilligan disponíveis em português; 2) a abordagem ínfima e/ou parcial da autora e de suas ideias; 3) e a referência à autora e ao debate Kohlberg-Gilligan com equívocos.

² A pesquisa intitulou-se *O gênero na produção de pesquisa em Psicologia do Desenvolvimento Moral: mapeamento e análise em periódicos internacionais de língua inglesa (1982-2018)*, com vigência de 01/08/2019 a 29/02/2020 e vinculando-se à FAPESP pelo processo de n.º 2019/08942-1 na linha de fomento de Programas Regulares de Bolsas no País em Fluxo Contínuo. Disponível em: <<https://bv.fapesp.br/pt/bolsas/187806/o-genero-na-producao-de-pesquisa-em-psicologia-do-desenvolvimento-moral-mapeamento-e-analise-em-per/>>. Acesso em: 01 maio 2020.

Já pontuadas em trabalho anterior (SILVA, 2020), a primeira problemática se refere ao fato de que o livro *Uma voz diferente* é o único texto de autoria de Gilligan (1982) que foi traduzido para o português e, portanto, que foi trazido ao Brasil. A segunda se refere tanto à pouca abordagem de Gilligan nas pesquisas brasileiras sobre moralidade quanto à forma como ocorre essa abordagem, as quais utilizam predominantemente de fontes secundárias, sem entrar em contato diretamente com o trabalho da autora, enquanto no caso das que se utilizam de fontes primárias, a abordagem ocorre quase que exclusivamente pelo livro *Uma voz diferente*. Em ambos os casos, Gilligan é abordada em fragmentos, reduzida a uma nota de rodapé ou quase sempre referida ligeiramente como uma crítica à teoria de Kohlberg, sem maiores aprofundamentos em seu trabalho. A terceira problemática evidenciada concerne à presença de equívocos nas interpretações acerca do trabalho de Gilligan e de seu debate com Kohlberg, nos artigos e nas teses e dissertações da produção investigada como também na literatura especializada que se teve contato durante o processo da pesquisa de fundamentação teórica.

A obra de Gilligan, no entanto, não se resume ao que tratou no livro *Uma voz diferente*. Várias de suas ideias foram revistas em publicações seguintes, bem como expandidas por ela e outras(os) autoras(es), como ressalta Hekman (1995) em análise mais ampla da obra da autora e de suas implicações. Tem-se como hipótese que essa primeira problemática é causadora, ou ao menos influencia, na geração das duas problemáticas seguintes, uma vez que a escassez de textos traduzidos de Gilligan restringe o acesso de pesquisadores(as) brasileiros(as) ao seu trabalho. Logo, aparenta-se que o debate sobre as diferenças de gênero, que questiona a validade universal do constructo de desenvolvimento moral a partir das críticas de Gilligan ao modelo kohlberguiano, mantém-se estagnado na produção de pesquisa nacional, pois referencia-se

apenas seu início, marcado pelo livro supracitado da autora, e não a continuidade do debate.

A exposição dessas problemáticas e sua evidência nas pesquisas nacionais, foi reservada a outras produções, já publicadas (SILVA, 2020) e em fase de publicação. Dado que não se encontra disponível, na literatura nacional, algum artigo ou outra produção bibliográfica similar que elucide sobre esse debate com devida profundidade³, a presente reconstituição explana sobre ele de modo a esclarecê-lo afinal: detalha suas primícias com Kohlberg, seu início por Gilligan e, quanto ao que houve depois de *Uma voz diferente*, sua continuidade por Kohlberg e seus(suas) apoiadores(as) e por Gilligan e suas(seus) apoiadoras(es), priorizando para isso o uso de fontes primárias. Assim, este artigo procura preencher essa lacuna deixada pelas problemáticas evidenciadas, lamentavelmente estendida para a segunda década deste século, embora necessite de outras iniciativas como esta para ser, de fato, preenchida.

Para tal, o texto do artigo divide-se em três partes: primeiro, aborda-se a teoria do desenvolvimento moral de Lawrence Kohlberg (1992), bem como a teoria de Jean Piaget (1932/1994) – autor antecessor no qual este retoma e aprofunda seus estudos no campo da moralidade. Na segunda parte, discutem-se a trajetória de Gilligan e suas pesquisas que deram origem ao seu livro supracitado. Nele, que marca simbolicamente o início do debate, a autora (1982)

³ Salvo algumas exceções, como Montenegro (2003), Franzi e Araújo (2013) e Kuhnen (2014), mas que ainda assim não têm o debate Kohlberg-Gilligan como tema central de suas produções, como aqui se tem, recorrendo ao debate apenas como uma parte da discussão que produzem sobre alguma questão relacional mais específica, como uma revisão crítica feminista da Ética do Cuidado de Gilligan, no caso de Montenegro (2003), a proposição da Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento como uma alternativa mais abrangente da complexidade do desenvolvimento moral, no caso de Franzi e Araújo (2013), e a conciliação das Éticas da Justiça e do Cuidado, no caso de Kuhnen (2014). Reconhecendo sua importância e precessão, tais produções decerto ampararam a presente produção.

acusa a teoria de Kohlberg e outras teorias psicológicas do desenvolvimento de conservarem um viés masculinizante: são *androcêntricas e sexistas*⁴. Gilligan questiona a validade universal da teoria de Kohlberg, argumentando que as mulheres se orientariam pela estrutura de raciocínio moral de Ética do Cuidado enquanto os homens pela Ética da Justiça.

Na última parte, ineditamente em um texto em língua portuguesa (pt-br) (o que é um fato preocupante, como se enfatiza a posteriori nas considerações finais), retoma-se as réplicas do autor e trélicas da autora no debate quanto às críticas de cada um(a) direcionadas ao posicionamento do(a) outro(a) no que se refere às diferenças de gênero no desenvolvimento moral: as réplicas de Kohlberg e de seus(suas) apoiadores(as) às críticas de Gilligan sobre a Ética da Justiça universal, que enfatizam haver duas estruturas de raciocínio moral distintas, e as trélicas de Gilligan e suas(seus) apoiadoras(es) à essas réplicas do autor e apoiadores(as). Ademais, desde aquela época, erigiu-se um terceiro grupo de autores(as), o qual apoia Gilligan parcialmente, apontando a existência simultânea das Ética da Justiça e Ética do Cuidado, porém sem distinção de gênero.

Primícias do debate: Lawrence Kohlberg e o desenvolvimento moral

Após meu primeiro contato com a teoria do psicólogo estadunidense Lawrence Kohlberg, ocorrido no ano de 2016 enquanto graduando em Pedagogia e iniciante à pesquisa científica, fascinei-me imediatamente e, a partir dali, debrucei-me no estudo dela, o que se intensificou a partir de uma pesquisa que passei a desenvolver em 2017, concluída no final de 2018, que investigava a

⁴ De acordo com Ribeiro e Pátaro (2015), o sexismo é a discriminação baseada nas diferenças entre os gêneros, nomeadamente de homens e mulheres, enquanto o androcentrismo, por sua vez, reside na base do sexismo, é um pensamento que “[...] consiste em considerar o homem como centro do universo, único apto a governar, a determinar leis e a estabelecer justiça” (p. 158) e que leva, portanto, ao sexismo e outras formas de discriminação.

formação em gênero, sexualidades e ética, do ponto de vista do desenvolvimento moral, de graduandos(as) em Pedagogia de uma Universidade pública do interior do estado de São Paulo⁵. Da mesma forma, iniciei meus estudos sobre Carol Gilligan também a partir dessa pesquisa anterior, a qual, dentre outros fatores, levou-me ao desenvolvimento da pesquisa que este artigo é resultante.

Kohlberg nasceu em 1927, na cidade de Nova Iorque, Estados Unidos, e veio a falecer precocemente em 1987, aos 59 anos. Dentre suas maiores contribuições está a elaboração da teoria do desenvolvimento moral, a qual, em síntese, busca compreender como se dá o respeito às regras pelas pessoas e a evolução desse respeito ao longo da vida (KOHLBERG, 1992). A teoria de Kohlberg originou-se, ainda em estado inicial, com a pesquisa que ele desenvolveu em sua tese de Doutorado defendida em 1958 na Universidade de Chicago (KOHLBERG, 1958), que teve como título *The development of modes of moral thinking and choice in the years 10 to 16 (O desenvolvimento de modos de pensamento e escolha moral dos 10 aos 16 anos*, em tradução livre).

O interesse inicial de Kohlberg era o estudo de temas éticos, debruçando-se, desde seu ingresso em 1948 na graduação em Psicologia pela mesma Universidade, sobre autores da Filosofia. Nesse ponto, sua trajetória assemelha-se com a do epistemólogo suíço Jean Piaget (1896-1980): ambos procuraram, na Psicologia, achados empíricos que pudessem comprovar os modelos psicológicos de suas teorias, elaboradas com base em ideias filosóficas – no caso deles, a

⁵ Essa pesquisa teve como título *Educação em direitos humanos, gênero e sexualidades, e desenvolvimento moral na formação docente: conhecimentos, concepções e condutas de graduandos(as) em Pedagogia de uma universidade pública do estado de São Paulo*, desenvolvida também com financiamento da FAPESP e com vigência de 01/05/2017 a 31/12/2018 pelo processo de n.º 2017/01381-9, referente à graduação em Pedagogia que cursava na época e anterior à pesquisa de IC que este artigo decorre, que é desenvolvida na graduação em Psicologia que atualmente curso junto ao Mestrado em Educação.

Filosofia kantiana. E foi no trabalho de Piaget que Kohlberg proeminentemente se fundamentou para formular sua teoria.

A teoria kohlberguiana revisita o trabalho de Piaget (1932/1994) no campo da cognição e, principalmente, da moralidade e propõe que o desenvolvimento moral, da mesma forma que o modelo de desenvolvimento cognitivo piagetiano (PIAGET, 1945/2010), dá-se pela evolução de estágios. Segundo Bataglia, Morais e Lepre (2010, p. 26), a teoria de Kohlberg, assim como de Piaget, figura-se entre as teorias cognitivo-evolutivas que consideram que o desenvolvimento “[...] pressupõe transformações básicas das estruturas cognitivas, enquanto totalidades organizadas em um sistema de relações, as quais conduzem a formas superiores de equilíbrio, resultantes de processos de interação entre o organismo e o meio”.

Em *O juízo moral na criança*, Piaget (1932/1994, p. 23) investigou, com crianças, a gênese e o desenvolvimento do juízo moral: “[...] toda moral consiste num sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras”. Nesse livro seminal, único de Piaget que trata da investigação da moralidade, embora volte a referi-la em outros escritos, reúnem-se resultados de três estudos que enfocaram, respectivamente, a construção da prática e da consciência das regras do jogo infantil, a relação da criança com as regras morais e os princípios envolvidos nessas relações.

O método empregue pelo autor (1932/1994) foi a observação e uma série de entrevistas em que dialogava com as crianças, interrogando-as sobre as regras de jogos, com sua amostra dividida pelo gênero (jogo de bolinhas de gude com meninos e pique/amarelinha com meninas), e sobre o desempenho de personagens em histórias-estímulo. Kohlberg interessou-se nesse método de

Piaget que, depois de sistematizado ao longo dos anos, ficou conhecido como *método clínico* piagetiano. Na compreensão de Kohlberg, com ele se poderia avaliar estruturas cognitivas mediante entrevista.

Dos resultados encontrados nesses estudos, destacam-se as duas tendências morais *heteronomia*, em que os juízos são intermediados por interesses individuais e fatores externos, que é sucedida pela *autonomia* – embora o desenvolvimento para autonomia se estenda por toda a vida –, com os juízos caracterizados pela reciprocidade e sem vigilância externa. Na década de 1960, o que se chamou de “redescoberta” de Piaget nos Estados Unidos se deve, em parte, pelos esforços de Kohlberg no campo da moralidade, a princípio em seu Doutorado e, em seguida, nos estudos seguintes que consolidaram sua teoria.

Em seu doutoramento, Kohlberg (1958) acompanhou longitudinalmente uma amostra de 72 meninos brancos de classe média de Chicago e idade entre 10, 13 e 16 anos, idades posteriores às das crianças que participaram dos estudos de Piaget (1932/1994). Sua metodologia envolveu entrevistas, porém, diferente de Piaget com as histórias-estímulo, utilizou de dilemas morais⁶. A principal contribuição dessa pesquisa foi a definição dos estágios de desenvolvimento moral que deu origem a sua teoria, ainda que em estado inicial e que só seria validada, de fato, em estudos seguintes.

Tanto para Piaget quanto para Kohlberg, o desenvolvimento moral se baseia na justificação de diferentes pontos de vista, ou seja, baseia-se no raciocínio que justifica o que é certo ou errado. Como constataram, esses tipos de raciocínio distribuem-se hierarquicamente de acordo com sua qualidade moral,

⁶ Dilemas morais são situações extremas, geralmente protagonizadas por um personagem, que envolvem dois valores que o personagem protagonista deve decidir qual aderir. Os dilemas morais fazem parte da metodologia kohlberguiana como forma de apreciar o raciocínio por detrás da adesão a determinado valor e, assim, de discernir qual o estágio moral correspondente à justificação sobre o que o personagem deve fazer.

de uma perspectiva individualista para uma de reciprocidade e respeito mútuo, como as tendências, na compreensão de Piaget, de heteronomia à autonomia. Apesar de concordar com Piaget, para Kohlberg (1992) o caminho do desenvolvimento moral é mais longo e complexo, apresentando-se em *três níveis e seis estágios*, em que o tipo de raciocínio de um estágio superior inclui o do inferior, conforme mostra o quadro a seguir.

Quadro 1 - Níveis e estágios do desenvolvimento moral segundo Lawrence Kohlberg

Nível I: pré-convencional	Estágio 1: Orientação por obediência e punição
	Estágio 2: Orientação egoísta, por interesse individual
Nível II: convencional	Estágio 3: Orientação pelas expectativas do grupo
	Estágio 4: Orientação pela manutenção da ordem social vigente
Nível III: pró-convencional	Estágio 5: Orientação pelo utilitarismo e contrato social
	Estágio 6: Orientação por princípios éticos universalizáveis

Fonte: elaborado pelo autor

O primeiro nível moral, chamado de *pré-convencional*, característico entre crianças, é constituído pelos Estágios 1 e 2, em que o raciocínio do que é certo ou errado baseia-se no medo da punição (autopreservação) ou em interesses individuais. No segundo nível, o *convencional*, comum entre adolescentes e adultos e constituído pelos Estágios 3 e 4, o raciocínio baseia-se na conformidade às convenções e regras sociais determinadas por grupos ou autoridades, procurando manter a ordem social vigente. O terceiro e último nível, o *pós-convencional*, atingido por uma quantidade mínima de adultos, concerne aos Estágios 5 e 6, cujo raciocínio moral rompe com o contexto sócio-legal e baseia-se na reciprocidade e em princípios éticos universalizáveis, isto é, as regras só são aceitas se estiverem fundamentadas em princípios e valores morais, o que atribui a elas o caráter de mutabilidade (serem mudadas se injustas).

Enquanto Piaget traçou apenas tendências morais, o autor (1992) conseguiu aprofundá-las a ponto de identificar estágios de desenvolvimento, inspirando-se nos estágios cognitivos de Piaget (1945/2010), de acordo com os raciocínios que eram apresentados nas entrevistas para a resolução dos dilemas morais. Assim, para ele, o desenvolvimento moral centra-se em uma estrutura de justiça, noção que é herdada da *oposição razão-emoção kantiana*, que foi fundamentação comum tanto a Piaget quanto a Kohlberg, como defende Ramozzi-Chiarottino (1984) sobre a teoria de Piaget se tratar, na verdade, de um *kantismo evolutivo*.

Os dilemas expostos por Kohlberg aos seus entrevistados concerniam a situações limites, extremas, que remetiam a profundas dúvidas sobre a opção mais correta que se deve tomar diante do conteúdo desses dilemas (KOHLBERG, 1992). A fim de explorar o raciocínio a respeito de um problema moral difícil, como o valor da vida humana ou as razões para se fazer coisas “certas”, Kohlberg criou diversos dilemas, sendo o mais famoso deles o que ficou conhecido como “Dilema de Heinz”:

Na Europa, uma mulher estava à beira da morte com um tipo de câncer muito raro. Havia um remédio que os médicos achavam que poderia salvá-la. Era uma forma de rádio que um farmacêutico da mesma cidade havia descoberto recentemente. O remédio era caro para se fabricar e o farmacêutico cobrava dez vezes mais do que ele lhe custava na fabricação. Ele pagava 400 dólares pelo rádio e cobrava 4.000 dólares por uma pequena dose do remédio. O marido da mulher doente, Heinz, procurou todo mundo que ele conhecia para pedir dinheiro emprestado, mas só conseguiu aproximadamente 2.000 dólares, que é justamente a metade do preço do remédio. Ele disse ao farmacêutico que sua mulher estava morrendo e pediu-lhe para vender o remédio mais barato ou deixá-lo pagar o restante depois. Mas o farmacêutico disse: ‘Não, eu descobri o remédio e vou ganhar muito dinheiro com ele’. Assim, tentado todos os meios legais, Heinz ficou desesperado e considerou assaltar a farmácia para conseguir o remédio para sua esposa (KOHLBERG, 1992, p. 589, tradução minha).

Contratado pela Universidade de Harvard (*Harvard University*) em 1968 (onde atuou até sua morte em 1987), Kohlberg deu continuidade às suas pesquisas, aprimorou a teoria e desenvolveu estudos em diferentes culturas, chegando a elaborar uma entrevista padronizada de avaliação do juízo moral, a *Moral Judgment Interview* (MJI) (COLBY; KOHLBERG, 1987), o que pôde sistematizar seu método de mensuração. Com a repercussão da teoria em escala global, “e, vale destacar, que foi por meio dos trabalhos de Kohlberg que o campo da Psicologia Moral consolidou-se” (FRANZI; ARAÚJO, 2013, p. 55), diversas críticas surgiram e, entre elas, a de viés de gênero.

Como ressaltam Flanagan e Jackson (1987, p. 623, tradução minha) em artigo publicado contemporaneamente ao ápice do debate nos Estados Unidos, “apesar do fato de a teoria de Kohlberg ter dominado o pensamento dos psicólogos morais, as críticas são abundantes. Um dos desafios mais conhecidos da teoria de Kohlberg vem de sua colega e ex-colaboradora, Carol Gilligan”. Gilligan (1982) foi a autora da crítica referente a gênero na teoria de Kohlberg, a qual deu origem ao debate intitulado com o nome de ambos, como se discute a seguir.

Iniciando o debate: Carol Gilligan e a Ética do Cuidado

Carol Gilligan é uma psicóloga estadunidense, atualmente professora da Universidade de Nova Iorque (*New York University*) (2002-atualmente), tendo lecionado anteriormente na Universidade de Chicago (1965-1966) e na Universidade de Harvard (1969-1997), onde conseguiu seu Ph.D. em Psicologia Social. A partir da década de 1970, após ter colaborado em pesquisa com Kohlberg, tornou-se referência mundial para os estudos da moralidade e, por conseguinte, para os Estudos Feministas e de Gênero, quando publicou resultados de pesquisas que realizou nos Estados Unidos com mulheres, utilizando da teoria kohlberguiana do desenvolvimento moral e de dilemas morais sobre o aborto.

Antes disso, em sua tese de Doutorado intitulada *Responses to temptation: an analysis of motives* (*Respostas à tentação: uma análise dos motivos*, em tradução livre) (GILLIGAN, 1964), defendida no ano de 1964 em Harvard, Gilligan questionava “por que nós fazemos o que fazemos?” (GILLIGAN, 1998, p. 127, tradução minha) e, nessa pesquisa que desenvolveu, analisou a mudança de comportamentos diante de determinados contextos, lendo histórias a seus entrevistados e manipulando os conflitos presentes nessas histórias: “Eu escrevi uma dissertação muito curta [...] onde mostrei como você pode transformar trapaceiros em não-trapaceiros e não-trapaceiros em trapaceiros, lendo histórias para eles. A situação nelas é uma situação de conflito. Você manipula o conflito e muda seu comportamento” (GILLIGAN, 2009, p. 5, tradução minha). A inserção da autora no campo da moralidade, estudando-a sobretudo no aspecto cognitivo, deu-se apenas posteriormente disso.

Segundo a própria Gilligan (1998, p. 126-127, tradução minha), o seu primeiro contato com a teoria de Kohlberg sobre o desenvolvimento moral aconteceu por intermédio do próprio autor, pessoalmente:

Eu conheci Larry [Lawrence] pela primeira vez na primavera de 1969, em uma festa na casa de Herb Saltzstein. Ao contrário de alguns rumores, eu não era aluna de Larry, eu não era sua orientanda de pós-doutorado. [...] Alguns dias depois, Larry me ligou para perguntar se eu conduziria um estudo com adolescentes. Eu estava interessada no raciocínio das pessoas sobre as decisões da vida – o que era chamado de ‘dilemas da vida real’, e o estudo era sobre o raciocínio dos adolescentes sobre a tomada de decisões sexuais em suas próprias vidas e também nos pais.

Após conhecê-lo naquela ocasião e interessar-se pelo seu trabalho (GILLIGAN, 1998), Gilligan aceitou o convite de Kohlberg de participar junto dele em suas pesquisas como Pesquisadora Assistente (*Assistant Researcher*), colaboração da qual publicaram artigos em conjunto (Kohlberg & Gilligan, 1971; Gilligan & Kohlberg, 1978). Durante esse período, em que foi contratada

pela Universidade de Harvard, a autora passou a trabalhar com dilemas morais reais⁷ em suas próprias pesquisas e, dado o contexto estadunidense de início da década de 1970, utilizou do aborto como tema para esses dilemas:

[...] em 1973, ano em que a Suprema Corte dos EUA legalizou o aborto, deu-se às mulheres uma voz decisiva. Resumindo meu estudo, concentrei-me na decisão das mulheres em continuar ou abortar uma gravidez. Eu estava totalmente cega para a variável gênero na época, mas o que começou como um estudo envolvendo homens [com o trabalho junto de Kohlberg] se tornou um estudo com mulheres. E naquele momento histórico, após a decisão da Suprema Corte no caso Roe versus Wade, o altruísmo, há muito visto como o epítome da bondade feminina, de repente pareceu moralmente problemático (GILLIGAN, 2011, online, tradução minha).

No ano de 1977, Gilligan publicou os primeiros resultados de suas próprias pesquisas com mulheres e sobre o aborto (GILLIGAN, 1977). Para ela, embora tenha encontrado a progressão da moral pré-convencional à pós-convencional nas respostas das mulheres aos dilemas, os raciocínios morais das mulheres pareciam diferir dos homens. Gilligan (1977, p. 492, tradução minha) argumentou que o dilema do aborto revela a existência “de uma linguagem moral distinta cuja evolução informa a sequência do desenvolvimento das mulheres. Essa linguagem [...] define o problema moral como uma obrigação de exercer cuidado e evitar danos [e que] diferencia as mulheres dos homens”.

Desde quando Kohlberg começou a realizar novos estudos, inclusive em diferentes culturas, para consolidação de sua teoria, vários desses estudos demonstravam um baixo desempenho por parte das mulheres em relação aos homens, como o autor mesmo pontua: “alguns estudos mostram diferenças en-

⁷ Dilemas podem ser hipotéticos, quando mais abstratos e difíceis de ocorrerem, ou reais, quando encontrados mais facilmente no cotidiano da vida real. As críticas de Gilligan, quanto à metodologia kohlberguiana, também se voltaram ao recorrente uso de dilemas hipotéticos, tal como o mais famoso dos dilemas criados por Kohlberg, o dilema de Heinz – em que se pergunta se um homem roubaria um remédio superfaturado para salvar a vida de sua esposa com câncer – em detrimento dos dilemas reais (KOHLBERG, 1992).

tre os sexos, com adolescentes e adultos homens pontuando mais que as mulheres. Isso inclui os estudos de Holstein [1976], de Haan, Smith e Block [1968], e de Kuhn[, Langer, Kohlberg & Haan, 1977]" (KOHLBERG, 1982, p. 517, tradução minha). Avaliadas a partir do modelo desenvolvimental de níveis e estágios da teoria de Kohlberg, as mulheres geralmente chegavam a atingir somente até o estágio três, *Orientação pelas expectativas do grupo*, em que a moralidade se caracteriza pela necessidade de estar de acordo com o que pessoas próximas esperam, enquanto os homens as transpassavam. Assim, para Gilligan (1977), essas diferenças entre homens e mulheres, e o baixo desempenho por parte delas, dar-se-iam pela orientação moral distinta das mulheres para responder aos dilemas morais.

Em 1982, a autora publicou o livro *Uma voz diferente: psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta* (GILLIGAN, 1982), *best-seller* nos Estados Unidos e no mundo. No livro, trata de três das pesquisas que realizou, a primeira sobre identidade e desenvolvimento moral, a segunda com mulheres grávidas sobre a temática do aborto e a terceira sobre direitos e responsabilidades, cujos resultados reiteraram suas constatações anteriores (GILLIGAN, 1977) sobre o desenvolvimento moral das mulheres diferir dos homens, sendo suas amostras diversificadas em termos etários, étnicos, de gênero e de classe social. Além de trazer fortes críticas a esse entendimento androcêntrico e sexista deixado por Kohlberg em seus estudos de que as mulheres apresentam um desenvolvimento deficitário, também constatou a presença desse entendimento em outras teorias psicológicas do desenvolvimento.

Gilligan (1982) atribuiu esse aparente déficit do desenvolvimento moral feminino a um problema na teoria em dois aspectos: tanto de metodologia, considerando as amostras de pesquisa iniciais do autor - em sua tese (KOHLBERG, 1958), por exemplo, o público participante foi totalmente mascu-

lino, 72 meninos brancos de classe média –, quanto, conseqüentemente, de teoria, com o desempenho inferior das mulheres. No primeiro aspecto, de metodologia, para ela, tanto Piaget quanto Kohlberg, em suas respectivas teorias, conservam um viés masculinizante, isto é, assumem a experiência masculina como regra (androcentrismo) e, no segundo aspecto, de teoria, qualquer diferença que apareça entre as mulheres e os homens na trajetória do desenvolvimento que traçam é “em geral considerada como significando um problema no desenvolvimento das mulheres” (sexismo) (GILLIGAN, 1982, p. 11).

Enquanto no estudo de Piaget do julgamento moral da criança, as meninas são um à parte, uma curiosidade a quem ele se dedica quatro curtos verbetes num índice que omite também ‘meninos’ – porque se presume ‘a criança’ como masculina – na pesquisa da qual Kohlberg extrai sua teoria, as mulheres simplesmente não existem (GILLIGAN, 1982, p. 28).

Gilligan (1982) conclui que a teoria de Kohlberg não estaria adequada para avaliação das mulheres, pois elas partem de uma estrutura de raciocínio moral que prioriza o cuidado e bem-estar do outro, que chamou de *Ética do Cuidado* (*Care Ethics*), subvalorizada na teoria de Kohlberg, enquanto os homens partem de uma Estrutura de Justiça, a qual a teoria estaria exclusivamente voltada. Logo, o problema estaria na teoria e não no desenvolvimento das mulheres. Ademais, essa orientação moral pelo cuidado representaria uma alternativa complementar, e não substituta, à orientação pela justiça traçada por Kohlberg.

Enquanto no nível pós-convencional a moralidade transcende interesses particulares, guiando-se por princípios universalizáveis deontológicos, as mulheres, predominantemente, não estariam preocupadas com essa organização de princípios, mas sim preocupadas com sua responsabilidade com o bem-estar do outro, em cuidar. Como resultado disso, Kohlberg as considera como atrofiadas no estágio três quando, na verdade, elas proporcionam uma alternativa ao raciocínio moral pautado exclusivamente na racionalidade.

Em vista da evidência de que as mulheres percebem e formulam a realidade social diferentemente dos homens e que essas diferenças centram-se em torno de experiências de ligação e separação, as transições da vida que invariavelmente envolvem essas experiências deverão envolver as mulheres de um modo distintivo. [...] o senso de integridade das mulheres parece interligado com uma ética do cuidado, de modo que se verem como mulheres é se verem num relacionamento de conexão (GILLIGAN, 1982, p. 183).

As diferenças entre as perspectivas morais propostas por Kohlberg (1992) e por Gilligan (1982) podem ser exemplificadas a partir da discussão de dilemas morais com duas crianças, Amy e Jake, que Gilligan faz referência em seu livro. Sobre isso, Ketzer (2017, p. 102-103) também procura salientar essa diferença entre as duas interpretações que o autor e autora dão ao desenvolvimento moral, discutindo esse caso de ambas crianças entrevistadas:

Kohlberg propõe um dilema moral para uma série de crianças, dentre elas um menino (Jake) e uma menina (Amy), ambos de onze anos. Cada uma responde de uma maneira ao dilema, e Kohlberg considera que, com base nos seus seis estágios do desenvolvimento moral, Jake, o menino, é moralmente mais evoluído. Gilligan questiona isso, afirmando que o fato de ambos pensarem de forma diferente não torna Amy menos desenvolvida. Na verdade, Amy responde de forma tipicamente feminina ao dilema, levando em conta o cuidado com o outro, a proteção, a empatia, a sensibilidade aos sentimentos dos outros. Gilligan critica Kohlberg por afirmar que o modo de pensar masculino é superior.

Gilligan (1977; 1982) propôs, então, seu modelo de desenvolvimento moral alternativo ao modelo kohlberguiano, a Ética do Cuidado, que se aplicaria melhor à perspectiva feminina. Nesse novo modelo, mantém-se a divisão do desenvolvimento moral em *três níveis*, tal como em Kohlberg pelos níveis pré-convencional, convencional e pós-convencional, porém o traçando de forma diferente e, agora, com *cinco estágios* respectivos, sendo dois deles transicionais (os estágios 1.5 e 2.5), como apresenta o quadro a seguir.

Quadro 2 – Níveis e estágios do desenvolvimento moral segundo Carol Gilligan

Nível I: Sobrevivência individual	Estágio 1: Sobrevivência individual (cuidar de si)
	Estágio 1.5: Transição de sobrevivência para o cuidado com os outros
Nível II: Bondade como auto-sacrifício	Estágio 2: Bondade como auto-sacrifício (cuidar dos outros)
	Estágio 2.5: Transição de uma perspectiva de cuidado convencional para uma perspectiva reflexiva
Nível III: Responsabilidade pelas consequências da escolha	Estágio 3: Responsabilidade pelas consequências da escolha (cuidar de si e dos outros)

Fonte: elaborado pelo autor

No primeiro nível, denominado de *sobrevivência individual*, que abrange os estágios 1 e 1.5, o raciocínio moral tem como foco as necessidades do próprio sujeito, sendo equivalente ao nível pré-convencional de Kohlberg. O segundo nível, *bondade como auto-sacrifício*, corresponde aos estágios 2 e 2.5, cujo raciocínio orienta-se por um conceito “maternal” de moralidade, o qual visa a proteção de pessoas dependentes e desiguais. No terceiro nível, *responsabilidade pelas consequências da escolha*, que concerne ao estágio 3, a moralidade é regida por um princípio universal de não-violência e condenação à exploração e ao dano. Na transição de cada nível, é resolvido um conflito entre o Eu (*self*) e os Outros, isto é, entre a responsabilidade consigo mesmo e a responsabilidade com os outros. O desenvolvimento se dá em direção a um equilíbrio entre a satisfação dessas necessidades, em que, para as mulheres, “tem a ver tanto com conexão quanto com separação” (GILLIGAN, 1977, p. 509, tradução minha), o que difere da Ética da Justiça, em que “a separação em si mesma se torna o modelo e a medida do crescimento” (GILLIGAN, 1977, p. 509, tradução minha).

A definição mais recente dos níveis e estágios do modelo gilliginiano foi proporcionada com a elaboração da *Ethics of Care Interview* (ECI) pela norueguesa Eva Elisabeth Aspaas Skoe (1993), instrumento de medida que que con-

siste em roteiro de entrevista e sistema de pontuação, que equivale ao MJI de Kohlberg (COLBY; KOHLBERG, 1987), mas que avalia o desenvolvimento moral a partir desse modelo alternativo de Ética do Cuidado.

As críticas de Gilligan tiveram importantes implicações para o campo da Psicologia do Desenvolvimento Moral, bem como reverberaram para outros campos da Psicologia e, até, demais áreas do conhecimento (SHARPE, 1992). Como salienta Fleming (2006, p. 16, tradução minha), o trabalho de Gilligan vai além de “críticas a preconceitos sexistas”, pois “ela desenvolveu ideias teóricas próprias, principalmente quanto a mulheres e homens diferirem em suas concepções de moralidade”. Desdobrada dessas críticas, a teoria do cuidado, ou teoria da Ética do Cuidado, foi continuada por Gilligan (1986; GILLIGAN; ATTANUCCI, 1988) juntamente de outras(os) autoras(es), como a citada Skoe (1993) e outras como Joan Tronto, Nel Noddings e Virginia Held.

Apesar desse reconhecimento, Gilligan também foi alvo de várias críticas. A despeito de todas elas, este artigo enfoca aquelas que deram prosseguimento ao debate sobre as diferenças de gênero no desenvolvimento moral e a universalidade desse constructo, então iniciado por ela e o qual até hoje segue sem conclusão: as críticas de Kohlberg, que no caso são réplicas às críticas dela à sua teoria, e de seus(suas) apoiadores(as).

Logo, resta saber “o que Kohlberg fez da Ética do Cuidado e das várias disposições e experiências que a constitui”, como também questionam Flanagan e Jackson (1987, p. 631, tradução minha) em uma passagem de seu artigo: “Que tipo de reconhecimento ele [Kohlberg] acha que essa perspectiva ética merece? Qual é a sua relação com a concepção de moralidade como justiça que ele mais do que qualquer outra pessoa defendeu?”, questionamentos os quais se procura responder, junto às tréplicas de Gilligan e de suas(seus) apoiadores(as)

a tais réplicas, na última parte da presente reconstituição desse debate, exposta a seguir.

Cisão no campo: réplicas de Kohlberg, trélicas de Gilligan e a recepção do debate

Embora as constatações de Gilligan datem desde o final da década de 1970 (GILLIGAN, 1977), como ela mesma cita em seu livro, “[...] de cinco anos pra cá, comecei a ouvir uma distinção nessas vozes [morais], dois modos de falar sobre problemas morais” (GILLIGAN, 1982, p. 11), foi com a publicação de *Uma voz diferente*, em 1982, que suas ideias ganharam maior visibilidade, chamando atenção tanto do próprio Kohlberg quanto da comunidade acadêmica mundial, ligada ou não ao estudo da moralidade. Por isso, considera-se o início do debate simbolicamente com a publicação desse livro, e debate que ainda nessa década alcançaria o seu ápice.

Kohlberg sempre fez questão de responder diretamente a seus críticos, e Gilligan não foi exceção. Em artigo publicado no mesmo ano que o livro de Gilligan, Kohlberg (1982) traz suas primeiras réplicas, que também podem ser encontradas em Kohlberg (1981), nesse debate que começava a tomar grandes proporções. Primeiro, ele se justifica por só naquele momento voltar-se às ideias de Gilligan, as quais:

[...] embora interessantes, não foram muito bem-vindas por duas razões. Primeiro, os anos de 1970 a 1978 foram usados por nós no desenvolvimento de um manual para pontuar os dilemas padrão. [...] Por causa dos desafios colocados pelo trabalho e pelas interpretações de Gilligan, durante muito tempo não pudemos fazer uso construtivo de suas explorações psicológicas na tomada de decisões morais. Em 1980, no entanto, a reflexão sobre os nossos dados encaminhou-nos a levar mais a sério as ideias de Carol Gilligan (KOHLBERG, 1982, p. 514, tradução minha).

Kohlberg (1981; 1982), a princípio, rejeitou a hipótese erigida por Gilligan (1982). Embora admitisse que “minha abordagem de pesquisa foi deliberadamente restrita a dilemas e raciocínios sobre justiça” e reconhecesse que “o

trabalho de Gilligan [...] questiona o limite no domínio do julgamento moral que minha orientação sobre justiça estabelece”, o autor foi enfático: “minha leitura da literatura de pesquisa disponível não apoia que o raciocínio sobre justiça difere acentuadamente entre os sexos, nem sugere que os princípios da justiça são invenções masculinas, em vez de construções emergentes da experiência de homens e mulheres” (KOHLBERG, 1982, p. 519, tradução minha).

Os dados empíricos que Kohlberg (1982, p. 517, tradução minha) dispunha na época davam “suporte claro ao nosso conceito de estágios [morais] em relação aos homens”, contudo, ele reconhecia que “sua aplicação ao desenvolvimento feminino é um assunto de ambiguidade e disputa”, pois, como anteriormente ressaltado, alguns estudos indicavam diferenças de gênero. Porém, como também ressalta, “em um número igual de outros estudos, nenhuma diferença de sexo é relatada. Isso inclui estudos de Keasey [1972], Levine [1976] e Weisbroth [1970]” (KOHLBERG, 1982, p. 518, tradução minha), impelindo-o de aceitar um outro, ou adaptar o seu, modelo de desenvolvimento. Essa sua rejeição, obviamente pela influência que dispunha, repercutiu e, como consequência, causou uma cisão no campo da Psicologia do Desenvolvimento Moral, então dividindo-o entre autores(as) que com base em seus achados empíricos, de um lado, apoiavam Kohlberg e sua Ética da Justiça universal e, de outro, apoiavam Gilligan e sua proposta de Ética do Cuidado.

Em outro texto de Kohlberg (1981, p. 241, tradução minha, grifos meus), fica evidente essa sua primeira posição às ideias de Gilligan, rejeitando-as, e o modo como encarou o modelo proposto de Ética do Cuidado:

Não negamos a possibilidade de que pesquisas sobre a resolução de dilemas diferentes dos nossos possam validamente levar a definições de estágios diferentes daquelas sugeridas por nossa pesquisa sobre dilemas da justiça. Tais estágios, no entanto, interpretaríamos como estágios no desenvolvimento de um processo mais amplo de ética ou avaliação. [...] essa ética ainda deve se basear nos princípios de justiça

do Estágio 6 para resolver problemas de justiça. Em nossa opinião, [...] Gilligan *não elaborou um relato alternativo de um estágio moral mais alto, mas, ao contrário, apontou atitudes alternativas para o desenvolvimento de estágios mais altos* de orientação ética.

Com o campo cisionado, instaurou-se um programa de pesquisa, a nível global, que buscou testar empiricamente a veracidade da tese gilliginiana – não mais “hipótese” para as pesquisas que a apoiam, em razão dos seus achados que começaram a atestá-la – sobre as diferenças de gênero, como também ressalta Vasudev (1988, p. 241, tradução minha): “as ideias de Gilligan encorajaram uma investigação séria dos resultados de pesquisa e do viés sexual na teoria de Kohlberg”.

Quanto aos(às) autores(as) apoiadores(as) de Kohlberg, nos Estados Unidos, Walker (1984, p. 688, tradução minha) realizou uma das primeiras revisões dessa literatura que ascendia na época, todavia, afirma que “foram encontradas muito poucas diferenças sexuais no desenvolvimento moral” e, em tom radical, ainda sugere que “talvez esteja na hora de focar nossa atenção em outras preocupações”. Brabeck (1983), além de revisar essa mesma literatura e também concluir que as evidências sobre as diferenças de gênero são mínimas, questiona haver certa tendência em aceitar as alegações de Gilligan mesmo quando não há evidências empíricas claras, atribuindo como possível resposta a isso a necessidade cultural de se querer perceber homens e mulheres como diferentes.

Em Portugal, pesquisas desenvolvidas por Lourenço (1989) naquela época, que envolveram crianças de 7 a 10 anos, demonstraram não haver distinção de gênero nas orientações morais na infância, para a justiça e para o cuidado. Na Índia, Vasudev e Hummel (1987) também não encontraram diferenças de gênero com uma amostra de indianos de 11 a 50 anos. No Brasil, Koller, Viñas e Biaggio (1992) também não as encontraram, embora em um estudo an-

terior, e pioneiro no país, Biaggio (1976) encontrou alta adesão ao estágio 3, principalmente entre meninas, com uma amostra de 10, 13 e 16 anos.

Vale ressaltar que essas pesquisas investigam a ocorrência de diferenças de gênero a partir de diversos caminhos metodológicos, seja pelo uso de dilemas morais hipotéticos e/ou reais, que enfocam justiça e/ou cuidado, seja pela pontuação em testes psicométricos de avaliação do juízo moral. Nesse sentido, Blum (1988), em análise taxionômica dos argumentos levantados na literatura contrários às ideias de Gilligan, demonstra que esses(as) autores(as), apesar de apoiarem Kohlberg, na verdade dispõem de posições heterogêneas e estabelece oito diferentes posições possíveis, tanto por parte de Kohlberg quanto de apoiadores(as), que vão desde uma perspectiva de negação mais enfática das ideias de Gilligan, como o próprio autor se posicionou inicialmente (KOHLBERG, 1981; 1982), até a admissão de que, pelo menos, a moralidade não se resume à justiça, embora ainda neguem o modelo alternativo de cuidado, tal como também fez Kohlberg (1986; KOHLBERG; LEVINE; HEWER, 1984) mudando de posicionamento, da primeira para essa última posição, após as tréplicas de Gilligan e apoiadoras(es) no prosseguimento do debate.

Gilligan (1986, p. 327, tradução minha) publicou, em 1986, o texto *Reply by Carol Gilligan*, que sintetiza suas críticas aos(às) críticos(às) de seu trabalho, bem como suas tréplicas às réplicas de Kohlberg e apoiadores(as), sendo elas respectivas às “três questões que eles levantam: a questão do método, a questão da teoria ou interpretação e a questão de objetivos”. Interessamos, aqui, as críticas referentes à primeira e segunda questão, embora visitemos as três.

Sobre a primeira, referente à crítica de que *não há dados suficientes* “para apoiar as reivindicações que fiz”, aparentemente o principal motivo para rejeição de sua tese, Gilligan (1986, p. 326, tradução minha) responde que seu

argumento “não foi estatístico, ou seja, não se baseou na representatividade das mulheres ou na generalização dos dados a uma população maior. Em vez disso, foi interpretativo e articulado na demonstração de que os exemplos apresentados ilustravam uma maneira diferente de ver”. Em seguida, a autora pontua várias pesquisas que evidenciaram a Ética do Cuidado empiricamente, descon sideradas por seus(suas) críticos(as). Além de uma réplica a eles(as), essa é uma tréplica direta às réplicas de Kohlberg (1981; 1982).

A segunda questão envolve duas críticas: a primeira em relação ao seu *conceito de cuidado*, em que Gilligan (1986, p. 326, tradução minha) revida expondo que ele é erroneamente compreendido a partir de “um ideal romantizado de cuidado feminino do século XIX” quando, na verdade, ela retrata “mulheres do século XX optando por abortar, assim como universitárias, advogadas e médicas”, cujo conceito de cuidado subjacente de sua teoria parte de “[...] uma perspectiva ética crítica que põe em causa a equação tradicional de cuidado com auto-sacrifício”. A segunda crítica é acerca da *associação do cuidado às mulheres*, compreendida como intransigente por seus(suas) críticos(as): a Ética do Cuidado como orientação moral exclusiva às mulheres e a Ética da Justiça aos homens. Gilligan (1986, p. 327, tradução minha) esclarece que “o título do meu livro foi deliberado, lê-se ‘Uma voz diferente’, não ‘Na voz de uma mulher’” e que logo na introdução dele deixa claro que essa voz é identificada não por gênero, mas por tema.

Em trabalho mais recente, Gilligan e Attanucci (1988) deixam mais explícito que tanto mulheres quanto homens podem se orientar a partir de ambas perspectivas morais, ainda que continue a ressaltar a predominância das mulheres ao cuidado e dos homens à justiça. Na terceira questão, a crítica se volta à “*dissociação da experiência das mulheres do pensamento das mulheres* – como se as experiências comuns às mulheres não deixassem vestígios psicológicos”

(GILLIGAN, 1986, p. 327, tradução minha, grifos meus). Por fim, desabafa: “fica cada vez mais evidente que o livro que estão discutindo é diferente do livro que escrevi” (GILLIGAN, 1986, p. 326, tradução minha).

Ainda nesse artigo, Gilligan (1986) cita Walker (1984) como exemplo do que dizem Kohlberg e apoiadores(as) às suas ideias. Porém, em artigo publicado no mesmo periódico e edição que o de Gilligan (1986), Baumrind (1986) responde a Walker (1984) mais diretamente: para ela, Walker tende a ignorar evidências sobre diferenças de gênero encontradas nas pesquisas de sua revisão, enviesando-a, o que Gilligan (1986, p. 331, tradução minha) diz concordar, “a prontidão de meus críticos em descartar as descobertas de diferenças sexuais é evidente”, e o oposto do que diz Brabeck (1983). Em artigo de resposta à Baumrind (1986) nessa mesma edição, solicitada pelo periódico, Walker (1986) posiciona-se: “Recentemente, testemunhamos a ressurreição da questão controversa [...] das diferenças sexuais no desenvolvimento moral e do viés sexual”, refuta as críticas de Baumrind (1986) ao seu método e ainda ressalta que “uma revisão atualizada da literatura confirma a conclusão de que não há diferenças sexuais consistentes”.

Contudo, não há como concordar com Walker (1986), inclusive nesse seu característico tom radical, quando diz que suas revisões, suficientemente, encerram o debate em torno dessa questão. E embora ele tivesse acesso ao artigo de Baumrind (1986) para confecção de sua resposta, ele não teve acesso ao artigo de Gilligan (1986) antes que fosse publicado nessa edição do periódico. Nele, quando responde à primeira questão levantada pelos(as) seus(suas) críticos(as), Gilligan (1986), no mínimo, desestabiliza as análises de Walker (1984; 1986), do próprio Kohlberg e demais apoiadores(as): além de citar as pesquisas que encontraram dados empíricos que a apoiam, também evidencia que quan-

do dizem não haver diferenças de gênero no desenvolvimento moral porque elas não aparecem a partir da avaliação pelo modelo de Kohlberg,

[...] eles não entendem o meu argumento. Meu trabalho concentra-se na diferença entre duas orientações morais e não na questão de saber se mulheres e homens diferem nos estágios de raciocínio de Kohlberg. [...] pontuações mais baixas na medida de Kohlberg não refletem necessariamente níveis mais baixos de desenvolvimento moral, mas podem significar uma mudança na perspectiva ou orientação moral (GILLIGAN, 1986, p. 328-329, tradução minha).

Referenciadas por Gilligan, estão as pesquisas de Haan (1985), que relata diferenças de gênero entre crianças, e de Baumrind (1986), que observa mulheres pouco propensas a enquadrarem problemas morais em termos de princípios abstratos de justiça, pois se orientam ao cuidado. Também citadas são Lyons (1983), que relatou um procedimento sistemático para identificar orientações a justiça e ao cuidado em respostas a dilemas morais reais, Langdale (1983), que mostrou que o procedimento de Lyons poderia ser adaptado para dilemas hipotéticos, e Johnston (1985), que encontrou diferenças significativas entre ambas orientações. Gilligan (1986) ressalta que essas e outras investigações confirmam sua tese, de modo a evidenciar que, embora sejam comuns a todos(as), homens tendem mais a definir e resolver problemas morais dentro da estrutura da justiça, enquanto as mulheres tendem ao cuidado, o que é reafirmado em Gilligan e Attanucci (1988).

Apesar de não ter se manifestado imediatamente, Walker posteriormente publicou resultados de um estudo (WALKER, 1989) que parece admitir sua falta quanto à resposta – ou tréplica, se se considerar o debate Kohlberg-Gilligan – de Gilligan, em que tenta repará-la ao investigar desta vez as orientações à justiça e ao cuidado a partir do procedimento de Lyons (1983), que Gilligan (1986) apontou que ele desconsiderava. Em outras palavras, Walker (1989) parece ter compreendido a real proposta de Gilligan (1986), de que uma pontu-

ação mais baixa no modelo de Kohlberg pode significar que o sujeito tem seu raciocínio baseado em uma outra orientação moral que não de justiça, no caso, de cuidado.

Assim, ao invés de procurar por diferenças de gênero pela avaliação do modelo kohlberguiano, como fez em 1984 em revisão dessa literatura (WALKER, 1984), Walker (1989) investiga a procedência de uma moral do cuidado, bem como sua relação com o gênero. Mesmo que ainda faça parte do grupo de apoiadores(as) das ideias de Kohlberg, Walker (1989) encontra correlações positivas em indivíduos que, com orientação maior ao cuidado, pontuam em um nível mais baixo quando avaliados pelo modelo de justiça.

Embora não trate de evidências empíricas, vale ressaltar que outro importante apoiador de Gilligan foi Flanagan (1982a; 1982b), o qual, da mesma forma que Baumrind (1986), protagonizou uma subtrama nesse debate, só que agora diretamente com o próprio Kohlberg. Em artigo publicado em 1982, Flanagan (1982b, p. 507, tradução minha) ressalta que na rejeição da Ética do Cuidado por Kohlberg, “nada foi dito, senão retoricamente, para negar a tese de que o desenvolvimento moral feminino é, em média, diferente e inferior ao desenvolvimento moral masculino”. A resposta de Kohlberg (1982, p. 521, tradução minha) ao autor veio no mesmo artigo em que traz suas primeiras réplicas a Gilligan, ressaltando que essa crítica é, na verdade, resultado da incompreensão de Flanagan sobre sua teoria. O autor responde a Kohlberg em Flanagan (1982a) e retoma a discussão em Flanagan e Jackson (1987).

Após as tréplicas de Gilligan e apoiadores(as), Kohlberg (KOHLBERG; LEVINE; HEWER, 1984, p. 227, tradução minha) mudou seu posicionamento inicial, revisou alguns aspectos da teoria e admitiu limites de abrangência, como pontua: “a ênfase na virtude da justiça em meu trabalho não reflete

totalmente tudo o que é reconhecido como parte do domínio moral. [...] o princípio do altruísmo, cuidado ou amor responsável não tem sido adequadamente representado em nosso trabalho”, levando-o de um extremo ao outro nas oito posições contrárias à tese gilliginiana segundo a análise taxionômica de Blum (1988). A partir daí, Kohlberg admitiu que, além da justiça, a moralidade inclui a virtude (ou princípio) enfocada por Gilligan: “essa virtude, *ágape* em grego, é a virtude que chamamos de caridade, amor, carinho, fraternidade ou comunidade. Na pesquisa americana, essa virtude foi chamada de [...] ética do cuidado e responsabilidade” (KOHLBERG; LEVINE; HEWER, 1984, p. 227, tradução minha, grifo do autor).

Como também discorre Montenegro (2003, p. 468), todavia, o autor continuou a discordar de que “[...] homens e mulheres percorram trajetórias de desenvolvimento moral diversas, ou de que sua própria teoria tenha algum viés masculinizante”. Nesse sentido, Flanagan e Jackson (1987, p. 632, tradução minha) argumentam que “é difícil depreender que Kohlberg foi completamente sincero nas suas concessões”, pois “ele também apresenta uma variedade de alegações que estão em desacordo com elas. Por exemplo, embora Kohlberg agora reconheça que sua teoria não é abrangente, ele continua a promover uma concepção restrita de moralidade que desmente essa concessão”. Esse, contudo, foi seu último pronunciamento no debate antes de seu falecimento, também presente em um de seus últimos escritos, em Kohlberg (1986).

A partir da análise desse último escrito deixado por Kohlberg (1986) e de uma entrevista concedida por Gilligan em 2003, Jorgensen (2006) traz uma visão diferente sobre esse debate, diferente em relação a como ele tem sido apontado na literatura. Seu argumento é de que Gilligan não foi uma crítica da teoria de Kohlberg, que não quis corrigi-la, mas sim ampliá-la e que, por isso, não poderia ser considerada como uma crítica, tal como ela mesma se manifesta

nessa entrevista ao ser perguntada sobre isso: “Jorgensen [Entrevistadora]: [...] quando eu olho para as fontes [...] elas citam você como a crítica mais importante. Você se considera a... / Carol Gilligan: Não! / Jorgensen [Entrevistadora]: A crítica mais... / Carol Gilligan: Não, não!” (JORGENSEN, 2006, p. 193, tradução minha). A meu ver, a questão que se coloca aqui é sobre se a crítica de Gilligan deve ser encarada como uma antítese ou como uma expansão da teoria de Kohlberg, embora rejeitem a nomenclatura “crítica”.

Outrossim, na Noruega, Skoe (1993) desenvolveu a já citada ECI, uma alternativa ao sistema desenvolvido por Lyons (1983) para avaliação da Ética do Cuidado, e, em revisão das pesquisas que a utilizam (SKOE, 2014), demonstra a mesma ambiguidade encontrada nas pesquisas que comparam o desempenho de homens e mulheres no modelo de Kohlberg. Essas e outras pesquisas, utilizando da ECI ou não, levam a um terceiro grupo de autores(as) que, desde quando surgiu o debate e seu respectivo programa, começaram a demonstrar que tanto homens quanto mulheres podem raciocinar moralmente a partir das estruturas morais de justiça e cuidado, porém sem distinção ou relação rígida de predominância de gênero (DERRY, 1989; SENGUPTA, SARASWATHI; KONANTAMBIGI, 1994; KUHNEN, 2014).

No Estados Unidos, os resultados de Derry (1989, p. 861, tradução minha), por exemplo, “não apoiam a tese de Gilligan de que os dois modos de raciocínio moral, justiça e cuidado estão relacionados ao gênero”, tal como os de Sengupta, Saraswathi e Konantambigi (1994) na Índia, em que ambos os gêneros apresentaram orientações de justiça e cuidado, porém com as mulheres com predominância no cuidado e os homens numa combinação de justiça com cuidado. No Brasil, Kuhnen (2014) explora que a Ética do Cuidado não deve ser implementada em detrimento da Ética da Justiça, e vice-versa, pela importância

da complementaridade de ambas orientações para a formação moral das pessoas.

Pessoalmente, insiro-me neste último grupo de autores(as), também porque ele evidencia um outro desafio pelo qual esse debate precisa atualmente enfrentar, que é insistir na assunção acrítica de *diferenças entre os gêneros*, muitas vezes meramente como sinônimo de sexo biológico, quando se reconhece, hoje, a complexidade da identidade de gênero que transcende o essencialismo das identidades homem e mulher – essencialismo aqui entendido como a atribuição de qualidades fixas, inatas e próprias a homens e mulheres (NOGUEIRA, 2017).

Se a Ética do Cuidado é realmente predominante em mulheres, deve-se questionar se há alguma relação disso com o fato de a educação feminina ser voltada à passividade, ao sentimentalismo e à afabilidade, tal como questionam algumas das pesquisas desse terceiro grupo, que mesmo que encontrem alguma relação de predominância entre os gêneros sobre as estruturas de justiça e cuidado, recorrem à variável da cultura para explicá-la.

Nessa perspectiva, partindo do referencial de base pós-estruturalista dos Estudos Feministas e de Gênero (NOGUEIRA, 2017), o debate Kohlberg-Gilligan, que se arrasta inconclusivo à contemporaneidade, não se sustenta mais. A simples ligação de diferenças encontradas na moralidade com o gênero não é suficiente para dar conta da complexidade das relações e dos processos psicológicos envolvidos e que dão vazão ao desenvolvimento moral. O sujeito mulher não é único, homogêneo, estável, universal, assim como o homem também não é. Dessa forma, além de novas pesquisas para evidenciar mais dados empíricos, o debate precisa se renovar quanto a natureza de sua própria proposta. Temos explorado esta questão, no entanto, em outros textos (SILVA, 2021; SILVA; CHIARI; MIGUEL; BATAGLIA, 2021).

Cabe ressaltar, por último, que neste artigo interpelou-se a relação entre Kohlberg e Gilligan, e não entre Carol e “Larry” (GILLIGAN, 1998). Em 1997, na *23rd Annual Conference of the Association for Moral Education*, Gilligan (1998, p. 128, grifos meus) foi a palestrante do *10th Annual Kohlberg Memorial Lecture* e, em sua fala, evidenciou duas *conversas* que tem feito parte, uma pública, protagonizada por “*Kohlberg and Gilligan* [...] um lugar onde tenho tendência a aparecer na terceira pessoa” – e que aqui se reconstituiu –, e outra privada, protagonizada por “*Carol and Larry* [...] onde Larry e eu falamos sobre nós mesmos e nos interessamos por nossas vozes diferentes”.

Na época do debate travado por ambos, enquanto docentes de Harvard, um convidava o outro para palestrar em suas respectivas turmas sobre suas ideias (GILLIGAN, 1998) e, apesar da comoção de todo o debate, ambos continuaram amigos ao longo dos anos, como confidencia Gilligan (1998, p. 132, tradução minha) em sua última memória com Kohlberg: “[...] cerca de uma semana antes de ele morrer, tomamos café da manhã em minha casa”.

Considerações finais

No Brasil, o clássico debate Kohlberg-Gilligan parece estar estagnado desde a publicação do livro *Uma voz diferente* (GILLIGAN, 1982), considerando as citadas problemáticas evidenciadas pela pesquisa que este artigo é resultante. Em razão disso, buscou-se aqui ressaltar suas primícias pela teoria kohlberguiana, as críticas de Gilligan que o originaram, o programa de pesquisa que se instaurou a partir dele, a nível global, para testar empiricamente a tese gilliginiana, e sua inconclusão, pois segue em aberto.

Conforme desvelado ao longo do artigo, essa inconclusão do debate ocorre em razão da ambiguidade dos dados empíricos, embora a maior parte da

literatura pareça indicar apoio a Kohlberg quanto às diferenças de gênero no desenvolvimento moral. Ainda assim, além das diferenças de gênero, o número de pesquisas de base kohlberguiana é muito superior às de base gilliginiana – que investigam a orientação moral ao cuidado – nacional e internacionalmente, carecendo de mais pesquisas que avaliam o modelo alternativo de Ética do Cuidado para se chegar a uma conclusão sobre a orientação moral predominante.

Ineditamente em um texto no Brasil, trouxeram-se as réplicas e trélicas do autor e autora protagonistas do debate, junto de sua receptividade pelos(as) demais autores(as) da época, insistindo-se para isso no uso de fontes primárias, o que evidencia que o ineditismo deste artigo, atestado pela pesquisa do qual decorre, é, sem dúvida, preocupante. Há de se ter em vista que é somente por meio da reconstituição dos grandes debates, no âmbito científico, que se pode ter contato com as ideias que neles são colocadas em disputa, que se pode ter conhecimento mais profundo e uma interpretação mais fiel da teoria que se trabalha.

A revisão de Kohlberg (1986; KOHLBERG; LEVINE; HEWER, 1984) sobre sua própria teoria – de que a moralidade não se restringe à justiça e que inclui a virtude enfocada por Gilligan – parece permanecer desconhecida, ou pelo menos ignorada, pelos(as) pesquisadores(as) brasileiros(as) da Psicologia do Desenvolvimento Moral, que rechaçam a Ética do Cuidado e o trabalho de Gilligan, na maioria das vezes alegando falta de evidências empíricas quando, na verdade, elas já existem – ainda que aquém ao volume de evidências sobre o modelo kohlberguiano. Logo, se a produção de pesquisa nacional em Psicologia do Desenvolvimento Moral quer avançar em seus aportes teóricos, ela precisa empregar um tratamento, no mínimo, mais respeitoso e adequado a sua própria história.

Para se ter uma melhor compreensão do processo de difusão e do estado das ideias de Gilligan no Brasil, bem como das ideias de Kohlberg, desenvolvi um Programa de Pesquisa, em andamento, culminado a partir da pesquisa que este artigo decorre e o qual se intitula *Difusão e estado das ideias de Lawrence Kohlberg e Carol Gilligan no Brasil (1970-2020)*⁸. Esboçado desde levantamentos anteriores que eu vinha realizando sobre a produção de pesquisa em desenvolvimento moral no Brasil, espero poder, com esse Programa, contribuir para a produção de uma história da Psicologia do Desenvolvimento Moral no país e para o avanço do conhecimento científico no campo.

Referências

BATAGLIA, P. U. R.; MORAIS, A. de; LEPRE, R. M. A teoria de Kohlberg sobre o desenvolvimento do raciocínio moral e os instrumentos de avaliação de juízo e competência moral em uso no Brasil. *Estud. psicol.*, Natal, v. 15, n. 1, 25-32, jan./abr., 2010.

BAUMRIND, D. Sex differences in moral reasoning: response to Walker's (1984) conclusion that there are none. *Child Develop.*, v. 57, n. 2, p. 511-521, 1986.

BIAGGIO, A. A developmental study of moral judgment of Brazilian subjects. *Interamerican Journal of Psychology*, v. 10, p. 71-78, 1976.

BLUM, L. A. Gilligan and Kohlberg: implications for moral theory. *Ethics*, v. 98, n. 3, p. 472-491, 1988.

BRABECK, M. Moral judgment: theory and research on differences between males and females. *Developmental Review*, v. 3, p. 274-291, 1983.

⁸ Iniciado em 2020, esse Programa está previsto para ser realizado em um período relativamente longo, em razão de sua exaustiva empreitada de reunir, mapear e analisar toda a produção de pesquisa nacional disponível no recorte temporal traçado, nos mais diversos formatos em que possa se apresentar, esgotando-a. Em seu primeiro biênio (2020-2021 - Fase I), em vigência, atem-se à produção no formato de artigos e de teses e dissertações.

COLBY, A.; KOHLBERG, L. *The measurement of moral judgment: theoretical foundation and research validation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

DERRY, R. An empirical study of moral reasoning among managers. *Journal of Business Ethics*, v. 8, n. 11, p. 855-862, 1989.

FLANAGAN, O. A reply to Lawrence Kohlberg. *Ethics*, v. 92, n. 3, p. 529-532, 1982a.

FLANAGAN, O. Virtue, sex, and gender: some philosophical reflections on the moral psychology debate. *Ethics*, v. 92, n. 3, p. 499-512, 1982b.

FLANAGAN, O.; JACKSON, K. Justice, care, and gender: the Kohlberg-Gilligan debate revisited. *Ethics*, v. 97, n. 3, p. 622-637, 1987.

FLEMING, J. S. (2006). Piaget, Kohlberg, Gilligan, and others on moral development. p. 1-24.

FRANZI, J.; ARAÚJO, U. F. de. Novos aportes na psicologia moral: a perspectiva da teoria dos modelos organizadores do pensamento. *Revista NUPEM*, v. 5, n. 8, p. 53-67, 2013.

GILLIGAN, C. In a different voice: women's conceptions of self and of morality. *Harvard Educational Review*, v. 47, n. 4, p. 481-517, 1977.

GILLIGAN, C. Looking back to look forward: revisiting in a different voice. *Classics@*, v. 9, online, 2011.

GILLIGAN, C. Remembering Larry. *Journal of Moral Education*, p. 27, n. 2, p. 125-140, 1998.

GILLIGAN, C. Reply by Carol Gilligan. *Signs*, v. 11, n. 2, p. 324-333, 1986.

GILLIGAN, C. *Uma voz diferente: psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982.

GILLIGAN, C.; ATTANUCCI, J. Two moral orientations: gender differences and similarities. *Merrill-Palmer Quarterly*, v. 34, n. 3, p. 223-237, 1988.

GILLIGAN, C.; KOHLBERG, L. From adolescence to adulthood: the recovery of reality in a postconventional world. In: PRESSEISEN, B. Z.; GOLDSTEIN, D.; APPEL, M. H. (Orgs.). *Language and operational thought: topics in cognitive development*. Boston: Plenum Press, 1978. p. 125-136.

- HAAN, N. *With Regard to Walker (1984) on Sex "Differences" in Moral Reasoning*. Dissertação - Institute of Human Development, University of California, Berkeley, 1985. Mimeografado.
- HEKMAN, S. *Moral voices, moral selves: Carol Gilligan and feminist moral theory*. Pensilvânia, Penn State University Press, 1995.
- JOHNSTON, K. *Two moral orientation, two problem-solving strategies: adolescents' solutions to dilemmas in fables*. Tese (Doutorado em Psicologia) - Harvard Graduate School of Education, Boston, 1985.
- JORGENSEN, G. Kohlberg and Gilligan: duet or duel?. *Journal of Moral Education*, v. 35, n. 2, 179-196, 2006.
- KOHLBERG, L. A current statement on some theoretical issues. In: Modgil, S.; Modgil, C. (Orgs.), *Lawrence Kohlberg: consensus and controversy*. Philadelphia: The Falmer Press, 1986. p. 485-546.
- KOHLBERG, L. A reply to Owen Flanagan and some comments on the Puka-Goodpaster exchange. *Ethics*, v. 92, n. 3, p. 513-528, 1982.
- KOHLBERG, L. *The development of modes of moral thinking and choice in the years 10 to 16*. Tese de doutorado não-publicada, Universidade de Chicago, Chicago, 1958.
- KOHLBERG, L. *The philosophy of moral development*. San Francisco: Harper and Row, 1981. *Essays on moral development: v. I*.
- KOHLBERG, L. *Psicologia del desarrollo moral*. Bilbao: Editorial Desclée de Brower, 1992.
- KOHLBERG, L.; GILLIGAN, C. The adolescent as a philosopher: the discovery of the self in a postconventional world. *Daedalus*, v. 100, n. 4, p. 1051-1086, 1971.
- KOHLBERG, L.; LEVINE, C.; HEWER, A. The current formulation of the theory. In: KOHLBERG, L. (Org.). *The psychology of moral development: the nature and validity of moral stages*. San Francisco: Harper & Row, 1984. p. 212-319. *Essays on moral development: v. II*.
- KOLLER, S. H.; VIÑAS, A.; BIAGGIO, A. Efeitos do sexo do protagonista na avaliação de diferenças de gênero no julgamento moral. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 8, n. 3, p. 327-339, 1992.

KUHNEN, T. A. Epistemologia feminista e a reconfiguração da filosofia moral. *Sapere Aude*, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 196-219, 2014.

LANGDALE, S. *Moral orientations and moral development: the analysis of care and justice reasoning across different dilemmas in females and males from childhood through adulthood*. Tese de doutorado não-publicada, Universidade de Harvard, Cambridge, 1983.

LOURENÇO, O. É a ética do cuidado distinta da ética da justiça? Alguns dados em

NOGUEIRA, C. *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Salvador: Devires, 2017.

NONA, P. L. Two perspectives: on self, relationships, and morality. *Harvard Educational Review*, v. 53, n. 2, p. 125-145, 1983.

MONTENEGRO, T. Diferenças de gênero e desenvolvimento moral das mulheres. *Estudos Feministas*, v. 11, n. 2, p. 493-508, 2003.

PIAGET, J. *A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010. (Publicado originalmente em 1945).

PIAGET, J. *O juízo moral na criança*. São Paulo: Summus, 1994. (Publicado originalmente em 1932).

RAMOZZI-CHIAROTTINO, Z. *Em busca do sentido da obra de Jean Piaget*. São Paulo: Ática, 1984.

RIBEIRO, A. de S.; PÁTARO, R. F. Reflexões sobre o sexismo a partir do cotidiano escolar. *Revista Educação e Linguagens*, v. 4, n. 6, p. 156-175, 2015.

SHARPE, V. A. Justice and care: the implications of the Kohlberg-Gilligan debate for medical ethics. *Theoretical medicine*, v. 13, p. 295-318, 1992.

SILVA, M. E. F. da. Carol Gilligan e a ética do cuidado na produção de pesquisa em Psicologia do Desenvolvimento Moral de três Programas de Pós-Graduação stricto sensu (2008-2019). *Schème – Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas*, v. 12, n. 1, p. 166-204, 2020.

SILVA, M. E. F. da; CHIARI, C.; MIGUEL, P. C.; BATAGLIA, P. U. R. Psicologia analítica pós-junguiana como alternativa às diferenças de gênero no desenvolvimento moral. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 36, 2021. Em avaliação.

SKOE, E. E. A. *The Ethic of Care Interview manual*. Não-publicado. Universidade de Oslo, Noruega, 1993. 25p.

SKOE, E. E. A. Measuring care-based moral development: the ethic of care interview. *Behavioral Development Bulletin*, v. 19, n. 3, p. 95-104, 2014.

VASUDEV, J. Sex Differences in morality and moral orientation: a discussion of the Gilligan and Attanucci study. *Merrill-Palmer Quarterly*, v. 34, n. 3, p. 239-244, 1988.

VASUDEV, J.; HUMMEL, R. C. Moral stage sequence and principled reasoning in an indian sample. *Hum. Dev.*, v. 30, p. 105-118, 1987.

WALKER, L. J. Sex differences in the development of moral reasoning: a critical review. *Child Development*, v. 55, n. 3, p. 677-691, 1984.

WALKER, L. J. A longitudinal study of moral reasoning. *Child Development*, v. 60, n. 1, p. 157-166, 1989.

Recebido em: 13/09/2020

Aprovado em: 23/11/2020